

Campinas, 29 de janeiro de 2019.

À

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08

ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - ALF-VCP

COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO - COLFAC

CAMPINAS - SP.

Referência: Proposição de adequação da legislação aduaneira para apresentação da via original do conhecimento de carga pelo importador para fins de retirada de mercadorias em recinto alfandegado.

Prezados Senhores,

Vimos, respeitosamente, à presença dessa Comissão de Facilitação de Comércio, apresentar proposição de adequação da legislação aduaneira no que concerne à exibição da via original do conhecimento de carga pelo importador para fins de retirada de mercadorias em recinto alfandegado.

Inicialmente, cabem alguns esclarecimentos a respeito do processo aduaneiro de liberação e entrega de mercadorias em recintos alfandegados:

O art. 54 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006 (que disciplina o despacho aduaneiro de importação) estabelece que (grifo nosso):

“Para retirar as mercadorias do recinto alfandegado, o importador deverá apresentar ao depositário os seguintes documentos:

- II. Comprovante de recolhimento do ICMS ou, se for o caso, comprovante de sua exoneração, exceto se o pagamento ou a solicitação de exoneração for feito por meio do módulo “Pagamento Centralizado”, do Portal Único de Comércio Exterior, conforme disposto no art. 53;*
- III. Nota Fiscal de Entrada emitida em seu nome, ou documento equivalente, ressalvados os casos de dispensa previstos na legislação estadual;*

IV. Via original do conhecimento de carga, ou de documento equivalente, conforme previsto no art. 754 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil;

V. Documentos de identificação da pessoa responsável pela retirada das mercadorias.”.

No texto original da respectiva norma, considerando-se que o “*Conhecimento de Carga original, ou documento de efeito equivalente, constitui prova de posse ou de propriedade da mercadoria*” (de acordo com o artigo 46, *caput* do Decreto-lei nº 37/1966), ficou estabelecido que esse documento deveria, obrigatoriamente, instruir a Declaração de Importação, conforme artigo 18, inciso I, devendo o mesmo ocorrer como condição e requisito para a entrega da mercadoria ao importador, segundo se constata do artigo 54, inciso I;

Adiante, a RFB, por meio da IN RFB nº 1.356/2013, revogou o dispositivo legal supracitado no item “a”, retirando, dessa forma, a obrigação da apresentação do conhecimento de carga para fins de instrução do despacho de mercadoria que tenha sido transportada no modal aquaviário, acobertada por Conhecimento Eletrônico (CE), informado à autoridade aduaneira na forma prevista na IN RFB nº 800/2007. Ao fazê-lo, retirou a exigência da apresentação da via original do conhecimento de carga ou de documento equivalente, “como prova de posse ou propriedade da mercadoria”, e como condição e requisito para entrega da mercadoria correspondente pelo depositário;

a)A revogação causou divergentes interpretações do texto legal, havendo discussões doutrinárias, haja vista que, conforme dispõe a lei (Código Civil e código comercial), a carga somente pode ser entregue a quem apresentar o conhecimento de embarque, já que o artigo 754 do Código Civil dispõe no sentido de que “*As mercadorias devem ser entregues ao destinatário, ou a quem apresentar o conhecimento endossado, devendo aquele que as receber conferi-las e apresentar as reclamações que tiver, sob pena de decadência de direitos.*”. Percebe-se que o artigo 754 do Código Civil está dispondo sobre a correta identidade do destinatário para fins de entrega da coisa e dos prazos decadenciais para eventuais reclamações;

Nesse contexto, a IN 1759/2017 incluiu a referida obrigação ao texto legal, trazendo o inciso IV ao Artigo 54 da IN SRF nº 680/2006. *Verbis: IV - via original do conhecimento de*

carga, ou de documento equivalente, conforme previsto no art. 754 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil [...].

Os recintos alfandegados reconhecem que a respectiva alteração na legislação representa uma reivindicação de muitos dos agentes que atuam no setor, por reduzir os riscos nas transações comerciais entre importador e exportador, facilitando e aumentando a segurança nas operações de comércio internacional no Brasil, além de coadunar com os usos e costumes utilizados mundialmente nas transações de comércio exterior. Tal alteração, inclusive, trouxe um alinhamento entre a norma infralegal e o Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967 (que dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias), no qual consta, em seu artigo 7º que: *“Ao armador é facultado o direito de determinar a retenção da mercadoria nos armazéns, até ver liquidado o frete devido ou o pagamento da contribuição por avaria grossa declarada.”*.

Por outro lado, é notório que tal alteração representou um retrocesso ao caminho da agilidade que vinha sendo empregada pela Receita Federal do Brasil, pois essa exigência burocratiza o processo de entrega de mercadorias importadas por parte dos recintos alfandegados, ainda que tais mercadorias tenham sido objeto de liberação por parte da autoridade aduaneira e dos demais órgãos anuentes da cadeia logística de comércio exterior.

Nesse contexto, observa-se que coube ao recinto alfandegado, na condição de fiel depositário de mercadorias sob controle aduaneiro, reter a entrega da mercadoria ao importador na hipótese de não apresentação, por parte deste, da via original do conhecimento de carga. O fato passou a gerar transtornos entre as partes, até porque, em determinadas situações, o retardo da entrega e consequente prejuízo ao fluxo logístico do importador, se dá exclusivamente em virtude da necessidade de apresentação presencial da via original do documento supracitado. Verificam-se, portanto, consequências negativas, também, de ordem econômica, numa evidente oneração do processo logístico em tangência à liberação da mercadoria.

Considerando o fato de que a Receita Federal do Brasil aderiu ao armazenamento e processamento de documentos de instrução do despacho através de processos eletrônicos ao estabelecer no art. 19 da mesma IN SRF 680/2006 que: *“Os documentos instrutivos do despacho serão disponibilizados à RFB, em meio digital, por meio da funcionalidade “Anexação de Documentos Digitalizados”, disponível no Portal Único de Comércio Exterior, no endereço eletrônico, e autenticados via certificado digital, observado o disposto na*

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001”, as empresas abaixo subscritas, por meio de seus representantes legais infra, propõem que a mesma sistemática possa ser adotada pelos recintos alfandegados, prescindindo, portanto, da apresentação conhecimento de transporte em mídia papel.

Em suma, propõe-se que o parágrafo 3º do artigo 19 supra, passe a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º O disposto no caput aplica-se, também, a outros documentos, requerimentos e termos apresentados no curso do despacho. Incluindo a via original do conhecimento de carga.

Sendo o que nos cumpria para o momento, renovamos os votos de estima e consideração e nos colocando à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ABV
MULTILOG
LIBRAPORT CAMPINAS S.A.